

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Mobilidade populacional e rede urbana no estado de são paulo.**

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira.

Cita:

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira (2009). *Mobilidade populacional e rede urbana no estado de são paulo*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/734>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Mobilidade populacional e rede urbana no estado de são paulo**

***Ricardo Antunes Dantas de Oliveira***

***Doutorando em Demografia***

***IFCH/UNICAMP***

***rdantas@nepo.unicamp.br***

Rede urbana é o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, sendo o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente (Corrêa, 2006). Ainda segundo o autor, caracteriza-se como a expressão territorial da divisão social do trabalho, ou seja, da diferenciação espacial da produção, assim a complexidade da rede urbana aumenta conforme as formas de reprodução do capital são ampliadas e densificadas, levando a um aumento da quantidade e da qualidade das conexões entre os diversos centros de diferentes portes e funções.

Singer (1973a), em sua análise da economia política da urbanização, aponta que o desenvolvimento histórico deste processo (de urbanização), decorre inicialmente da divisão social do trabalho que desenvolve na cidade. A ampliação deste processo, com a multiplicação de atividades especializadas implica numa maior complexidade das articulações para a produção, estendendo-se para além dos limites das cidades, que se vinculam a outros espaços urbanos, constituindo a divisão territorial do trabalho. Cabe ressaltar que estas conexões são altamente mutáveis temporal e espacialmente e em muitos casos, o estabelecimento de um tipo de conexão determina a desintegração de outra. Este contínuo processo de criação e destruição

de conexões está relacionado à busca permanente de melhores e maiores possibilidades de reprodução do capital.

As conexões entre os centros urbanos são denominadas de interações espaciais, definidas por Corrêa (1997, p. 279) como: “(...) um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. Desta forma, é parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social, não podendo ser entendidos como simples fluxos.

À luz destes aspectos, busca-se neste artigo, demonstrar a relevância de se pensar a mobilidade populacional em função dos elementos da divisão territorial do trabalho, especialmente por seu papel enquanto interação espacial constituinte e articuladora das redes urbanas. Considera-se que a intensificação, diversificação e a dinamização dos fluxos que implicam no aumento da complexidade da rede também se expressam na tipologia dos movimentos populacionais.

Para buscar responder a estes objetivos foi procedida uma revisão bibliográfica de materiais produzidos por autores que trabalharam questões relativas à estruturação da rede urbana paulista e às dinâmicas migratórias no mesmo espaço. Em função das características de sua rede urbana e da importância das dinâmicas migratórias ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento, o Estado de São Paulo traz significativas possibilidades de compreensão do papel da mobilidade populacional enquanto estruturante da rede urbana.

## **A REDE URBANA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No contexto brasileiro a rede urbana do Estado de São Paulo se apresenta como a mais ampla, complexa e estruturada, conforme destacado por Corrêa (2006). Tais características podem ser interpretadas da seguinte maneira: ampla, porque a integram áreas de outros estados além do seu próprio território, como o Triângulo Mineiro; complexa, pela multiplicidade e diversidade das interações; e, estruturada, por conta dos diversos tipos de infra-estrutura estabelecidos, mas fundamentalmente pela existência de múltiplas articulações verticais e horizontais entre os centros urbanos dos mais variados portes que a compõem.

A origem histórica da rede urbana paulista decorre do complexo cafeeiro, especialmente a partir da segunda metade do século 19 (Gonçalves, 1998). A expansão da ocupação do território para o oeste, com a criação de muitos núcleos urbanos, aliado à articulação de uma rede ferroviária bastante importante foram muito vinculadas à economia cafeeira (França, 1960 e Matos, 1990).

adensamento e o aumento da complexidade da urbanização no estado resultaram do processo de industrialização, que teve a capital paulista e as regiões vizinhas como sua

área *core*. Tal processo foi caracterizado historicamente por Cano (2007, p. 17) da seguinte maneira: “(...) São Paulo, mesmo antes de 1930, já era o principal parque industrial do país, e, a partir da Crise de 1929 e das políticas macroeconômicas iniciadas pela Revolução de 1930 – o primeiro momento da Era Vargas –, reforça seu caráter de ser o principal centro dinâmico da economia nacional, liderando o processo de industrialização e integração do mercado nacional”. Como consequência, inicia-se a criação de extensa malha viária que compõem uma infra-estrutura ímpar no país (Brandão e Macedo, 2007), sendo fundamental para a dinamização dos fluxos de pessoas e mercadorias.

processo de interiorização do desenvolvimento a partir da década de 1970, caracterizado por Cano (1988), possibilitou uma desconcentração econômica que levou a um importante crescimento econômico em diversas áreas do estado. Os principais elementos desta interiorização foram sintetizados por Caiado (1995), que os dividiu em três grupos: 1) fatores ligados às políticas públicas ou aos investimentos diretos realizados pelo poder público; 2) fatores ligados às chamadas deseconomias de aglomeração presentes na metrópole; e 3) existência prévia de uma agricultura moderna e de uma bem estruturada rede urbana no interior.

Arroyo (2006) destaca outros elementos muito relevantes para o aumento da complexidade da rede urbana paulista: a produção de mercadorias e o avanço técnico. Para a autora, a importância destes elementos está vinculada à multiplicação e diversificação dos fluxos entre os diferentes espaços. Assim, cabe destacar que a aceleração da troca de informações derivada das tecnologias de comunicação, aliada às boas e amplas possibilidades de circulação de mercadorias são algumas das características que permitem apontar o estado como conjunto de espaços heterogêneos bastante integrados ao capitalismo recente, logicamente considerando que constitui parte de um país em desenvolvimento e profundamente desigual.

A multiplicação dos fluxos entre os distintos espaços levou a um fortalecimento das espacialidades (Arroyo, 2006), desta forma mesmo pequenos municípios puderam reforçar suas peculiaridades e suas distintas formas de inserção nas dinâmicas produtivas recentes. Isto ocorre em espaços urbanos com os mais diversos tamanhos. Como exemplo, podem ser consideradas cidades grandes e médias que se estabelecem como pólos de alta tecnologia (casos de Campinas, São José dos Campos e São Carlos), mas também municípios com menor população, que apresentam especificidades produtivas bastante marcadas, casos de Sertãozinho (produção de peças e máquinas para cultivo, colheita e usinas de cana-de-açúcar), Votuporanga (indústria moveleira), entre outros.

Nesse mesmo âmbito de ampliação dos fluxos, pode ser destacado o fato de que a questão das hierarquias entre os centros urbanos na rede é um demonstrativo das transformações, já que pensá-las enquanto conjunto de relações verticais vem tornando-se cada vez mais difícil. Foram ampliadas as relações horizontais (IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE, 2001) e assim, muitas vezes os pequenos municípios se dirigem diretamente ao centro urbano mais importante, sem ter que se reportar primeiramente ao centro regional mais próximo.

último elemento destacado deste aumento da complexidade da rede urbana é demonstrado pelo fortalecimento das economias regionais, questão registrada por Caiado (1995) e Baeninger (2004). Especialmente a partir do processo denominado de interiorização do desenvolvimento, os distintos espaços regionais vêm se integrando economicamente de maneira bastante acentuada em função do acirramento da divisão territorial do trabalho, com grande destaque no interior, para os espaços marcados pelos setores agroindustriais. Os fluxos se ampliaram e se dinamizaram, possibilitando maiores e melhores possibilidades de inserção econômica nos níveis nacional e internacional.

Os elementos destacados acima e logicamente, suas importantes e complexas articulações contribuíram de maneira inequívoca para um aprofundamento da divisão social do trabalho no território paulista, elemento fundamental para se compreender o processo de urbanização conforme Faria (1978). Desta maneira, embasaram uma significativa ampliação da divisão territorial do trabalho. Sob o comando da capital e de sua região metropolitana, centro decisório e de serviços de importância mundial, os diversos contextos regionais do interior paulista passaram por importantes transformações sociais e econômicas, que ampliaram seu papel nos contextos estadual e nacional. Verifica-se então, que na atualidade a rede urbana do Estado de São Paulo é composta por três regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos) e diversos pólos regionais no interior (IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE, 2001) registrando relevante integração econômica, ainda que sob formas heterogêneas, de acordo com a própria diversidade de características.

Cabe destacar que a ampliação da complexidade e do dinamismo da rede urbana paulista também significou uma disseminação espacial das contradições que vêm à tona com o processo de desenvolvimento capitalista (IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE, 2001). Tais contradições podem ser destacadas a partir do mesmo estudo, no qual se ressalta que ao mesmo tempo em que parte da população dos pequenos municípios passou a registrar padrões de consumo típicos dos grandes centros urbanos, houve uma significativa expansão das desigualdades sociais e econômicas para as suas diversas regiões, que se expressam na

segregação dos espaços residenciais e do acesso aos mais diversos serviços e no ganho de importância da economia informal (Cano, 1988).

## **AS VINCULAÇÕES DA MOBILIDADE POPULACIONAL COM O AUMENTO DA COMPLEXIDADE DA REDE URBANA**

processo histórico de desenvolvimento do Estado de São Paulo sempre foi marcado pela importância das dinâmicas migratórias, questão pode ser verificada através dos trabalhos de autores como França (1960), Matos (1990), Baeninger (2005) e Brandão e Macedo (2007). Vinculadas estruturalmente às diferentes etapas econômicas, a mobilidade populacional evoluiu e se diversificou, sendo na atualidade impossível compreender a realidade social e econômica do estado sem referência a este fenômeno em sua relevante diversidade.

A ampliação da ocupação do território paulista em direção ao oeste no contexto da economia cafeeira foi marcada por processos migratórios internacionais (França, 1960 e Matos, 1990). Através de políticas oficiais, um importante contingente de migrantes europeus foi trazido para a região, com o intuito de substituir a mão-de-obra escrava, libertada no final do século 19.

A partir da década de 1930, o processo de industrialização esteve vinculado a uma intensa migração rural – urbana, que teve a metrópole paulista e as áreas adjacentes como principais destinos. Singer (1973b) captou de maneira muito relevante as principais características destas dinâmicas, destacando seu caráter histórico-estrutural e apontando a necessidade de compreender especialmente as áreas de origem das populações deslocadas.

Posteriormente, a desconcentração demográfica esteve vinculada à desconcentração econômica iniciada nos anos 1970 (Cano, 1988), ainda que defasada temporalmente (Martine, 1995 e Baeninger, 2005). Isto fez com que algumas áreas do interior paulista se tornassem espaços de absorção da migração.

Nas últimas décadas do século XX profundas transformações sociais, econômicas e espaciais reconfiguraram a rede urbana paulista (Baeninger, 2005 e Brandão e Macedo, 2007). O reforço de diversas espacialidades aliado ao surgimento de novas e a uma maior integração econômica das diversas regiões do interior paulista levaram a um fortalecimento das regiões e concomitantemente, de suas articulações, questão ressaltada também por Caiado (1995).

A mobilidade populacional se insere neste contexto de transformações através da multiplicação e redinamização dos fluxos, que passaram a caracterizar-se pela diversidade contextualizada em suas distintas regiões. Baeninger (1999) sintetizou os elementos marcantes deste processo em

três vertentes inter-relacionadas e complementares: a saída de população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em direção a todas as regiões do interior do estado; a integração territorial do processo de urbanização, vinculada à expansão dos fluxos inter-regionais; e, o crescimento dos movimentos intra-regionais.

Como conseqüências desta evolução podem ser citadas: o espaço preferencial de absorção de migrantes inter-estaduais passa a ser a periferia da RMSP (Baeninger, 2002); a capital paulista registrou perdas populacionais tanto a para a periferia da RMSP, quanto para localidades do interior de diversos tamanhos; as cidades grandes e médias do interior registraram grande crescimento, ainda que tenha ocorrido uma desaceleração nos períodos mais recentes; e, os pequenos municípios reverteram sua tendência anterior de serem marcados pela evasão populacional.

Além destas características diretamente relacionadas ao processo de urbanização e de redistribuição da população no estado, é relevante destacar a emergência e/ou ampliação de formas de mobilidade populacional com temporalidades mais restritas. Verificou-se em diferentes contextos regionais paulistas a ocorrência de movimentos sazonais, circulares, de dupla residência e pendulares. Estes últimos, destacados por Baeninger (2005) como expressões de novas territorialidades, eram anteriormente característicos das regiões metropolitanas, mas em períodos recentes passaram a ser observados em diversas áreas do interior.

Através dessas considerações referentes à mobilidade populacional, verifica-se que esta foi e é parte fundamental das conexões que articularam a rede urbana paulista. O aumento da complexidade desta rede, processo vinculado ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho (Caiado, 1995), se vinculou à ampliação da variedade de deslocamentos neste espaço.

Faz-se necessário destacar que as relações entre o aumento da complexidade da rede urbana e a diversificação da tipologia da mobilidade populacional se caracterizaram pela relevante vinculação, dificultando o estabelecimento de relações de causalidade. Historicamente, ambos os processos se constituíram de maneira intrinsecamente articulada, em que o último inscreve-se como componente do primeiro, porém concomitantemente é impactado pela ampliação e densificação das formas de produção do espaço urbano.

Faria (1978) destacou a necessidade de compreender a divisão social do trabalho em suas múltiplas características para a análise do processo de urbanização. A divisão territorial do trabalho, enquanto expressão espacial daquela primeira registra significativa importância neste contexto.

A partir de Corrêa (2006), se verifica que a mobilidade populacional se insere como uma das articulações ou interações entre os espaços, dessa forma contribuindo para a divisão social do trabalho e logo, para sua dimensão espacial, como pode ser verificado através da análise de Singer (1973a). Por isto, sua compreensão também passa pela necessidade de avaliar essas categorias, já que compõe parte fundamental do processo de urbanização, como pode ser verificado ao longo das mais diversas fases do desenvolvimento do estado de São Paulo.

Há que se destacar também que o espaço geográfico é produto das relações sociais em seu contínuo processo de evolução e transformação (Soja, 1993). A mobilidade populacional compreendida como um processo eminentemente social é estruturalmente relacionada às dinâmicas da sociedade ao longo do tempo (Singer, 1973b). Logo, sua diversificada tipologia e sua marcante complexidade expressam o processo de produção social do espaço e sua evolução. Cabe então, ampliar e aprofundar as discussões sobre os papéis da divisão social do trabalho e de sua dimensão espacial nesse contexto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de uma compilação bibliográfica, procurou-se neste artigo tecer algumas considerações sobre as articulações entre a mobilidade populacional e a estruturação das redes urbanas regionais, considerando o território paulista e as dinâmicas que o caracterizaram como relevantes para tal tarefa. Neste contexto, foi destacada relevância de se pensar a divisão social do trabalho, a partir dos elementos estabelecidos por Singer (1973a) e Faria (1978) e, fundamentalmente, a sua dimensão territorial (Corrêa, 2006), para o estabelecimento das vinculações expressas através do processo de urbanização.

Muito longe de se esgotar, esta discussão necessita e merece ser bastante aprofundada. O que se buscou foi contribuir, ainda que de maneira bastante restrita, para a demonstração da relevância das articulações entre a mobilidade populacional e o aumento da complexidade das redes urbanas, ressaltando a importância da dimensão espacial neste contexto. Por um lado, esta discussão é importante para o desenvolvimento de análise mais restrita espacialmente e quanto às tipologias de mobilidade envolvidas e por outro, se julga relevante também para o contexto mais geral da análise dos movimentos populacionais, especialmente na atualidade, marcada tanto por sua diversificação, quanto pelo aumento de sua complexidade.



## Referências

- ARROYO, M. Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias. **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. Sposito, E. S.; Sposito, M. E. B.; Sobarzo, O. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71 – 85.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas Migrações no Final do Século 20. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.19, n.3, 2005. p. 84 – 96.
- BAENINGER, R. (coord.). Regiões e Cidades no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná. **Textos NEPO**, n. 48 (Disponível em [www.nepo.unicamp.br](http://www.nepo.unicamp.br)). Campinas: Núcleo de Estudos de População – UNICAMP, 2004.
- BAENINGER, R. Expansão, redefinição ou consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000”. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População**. Ouro Preto (MG), 2002.
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980 – 1996**. (Tese de Doutorado). Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1999.
- BRANDÃO, C. A.; MACEDO, F. C. Demografia e Urbanização. **Economia Paulista: dinâmica sócio-econômica entre 1980 e 2005**. Cano, W. *et al.* (org.). Campinas: Alínea, 2007. p. 23 – 110.
- CAIADO, A. S. C. Dinâmica Socioespacial e a Rede Urbana Paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.9, n.3, 1995. p. 46 – 53.
- CANO, W. Brasil e Estado de São Paulo: transformações recentes da economia. **Economia Paulista: dinâmica sócio-econômica entre 1980 e 2005**. Cano, W. *et al.* (org.). Campinas: Alínea, 2007. p. 17 -22.
- CANO, W. (coord.). **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico em São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, 3v, 1988.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. Interações Espaciais. **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279 – 318.
- FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. **Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Paulo: 1978. p.89-108.
- FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GONÇALVES, M. F. **As Engrenagens da Locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. (Tese de Doutorado). Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1998.
- IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste**. v. 5. Brasília: IPEA, 2001.
- MARTINE, G. A Evolução Espacial da População Brasileira. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. Affonso, R. B. A.; Silva, P. L. B. (org.). São Paulo: FUNDAP e Editora UNESP, 1995. p. 61 - 91.
- MATOS, O. N. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes Editora, 1990.
- SINGER, P. À Guisa de Introdução: urbanização e classes sociais. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, 1973a. p. 9 – 28.
- SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, 1973b. p. 29 - 60.
- SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.